



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PROJETO DE LEI N°: 516/2018

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS PARECER EM 1º TURNO

### Relatório

O nobre colega Vereador Carlos Henrique apresentou o **projeto de lei n° 516/2018** que ***“Proíbe a cobrança de valores excessivos nos estacionamentos localizados no entorno de espaços públicos e dá outras providências”***.

A Comissão de Legislação e Justiça pronunciou pela **constitucionalidade, legalidade e regimentalidade** do projeto por estar em perfeita consonância com o ordenamento jurídico.

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor manifestou quanto à **rejeição** da presente medida, destacando que o projeto interfere nas relações econômicas entre particulares, na livre iniciativa, e na livre concorrência.

A Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana requereu diligência ao PROCON Municipal de Belo Horizonte, a fim de obter informações quanto à fiscalização desses estabelecimentos. Decorrido o prazo sem manifestação do PROCON esta Comissão pugnou pela **rejeição** da propositura.

Designado relator para a matéria, conforme os termos do art. 52, III, “b” “c” e “g” do Regimento interno desta Câmara, para as devidas considerações.

### Fundamentação

Com o fito de evitar a cobrança abusiva em estacionamentos no município de Belo Horizonte, apresentou o nobre edil o presente projeto que visa proibir a cobrança de valores excessivos nos estacionamentos localizados em um raio de 100 metros de espaços públicos de interesse cultural, educacional, artístico, gastronômico de lazer e de saúde.

A respeito da competência desta comissão, a matéria em comento deve passar pelo nosso crivo, conforme estabelece artigo 52, III, “b” “c” e “g” do Regimento Interno desta casa.

Art. 52 - A competência de cada comissão permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo especificamente à:

III - Comissão de Orçamento e Finanças Públicas:

- b) repercussão financeira das proposições;
- c) compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;
- g) atuação do poder público na atividade econômica



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Atento ao que compete essa comissão e levando em consideração a pertinência da medida apresentada e ainda, sua aprovação não gera impacto financeiro aos cofres públicos do município. Laudável a iniciativa do nobre legislador ao propor uma norma que visa proibir a prática abusiva de alguns estacionamentos ao cobrar preços exorbitantes de seus usuários.

Além disso, o poder público é detentor de legitimidade para atuar na atividade econômica como fiscalizador e agente regulador, visando punir os excessos praticados contra a ordem econômica e financeira.

Pelo até aqui exposto, observa-se que a questão em apreço, indubitavelmente merece prosperar, tendo em vista sua total consonância com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, orçamento anual do Município e a sua aprovação não acarreta impacto orçamentário e financeiro aos cofres públicos do município.

Ademais, referida lei, caso aprovada, não ferirá a livre iniciativa, cabendo, frisa-se, a este parlamento, a atuação na atividade econômica como regulador, controlador e fiscalizador, como no caso em tela.

Assim, verificadas as razões no que compete esta Comissão, não há óbices para sua aprovação, conforme legislação municipal, que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

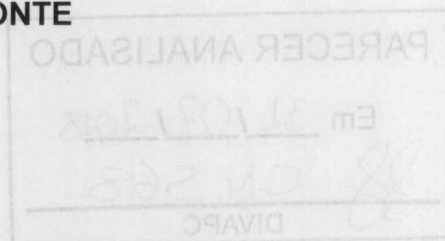
Isto posto, evidenciadas as razões, não vislumbro impedimento à tramitação desse Projeto, concluo pela **aprovação da proposta**, nos termos do artigo 52, III, "b" "c" e "g" do Regimento Interno desta casa.

### Conclusão

Diante do exposto, Senhores Pares, voto pela **aprovação do projeto de lei nº 516/2018**.

Belo Horizonte, 25 de julho de 2018.

**ORLEI**  
**1º VICE – PRESIDENTE**  
**VEREADOR DE BELO HORIZONTE**  
**AVANTE**





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO DE FINANÇAS PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI 533/2018 VOTO DO RELATOR

### RELATÓRIO

De autoria das vereadoras Áurea Carolina e Cida Falabella, o projeto “Altera a Lei 7.597, de 6 de novembro de 1998, que dispõe sobre assentamento de famílias no Município e dá outras providências.” foi apresentado a esta Casa.

Na Comissão de Legislação e Justiça, o presente projeto não recebeu parecer, pois não houve quórum para a reunião.

Passou pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, onde o presente projeto não recebeu parecer, pois não houve quórum para a reunião.

Passou pela Comissão de Administração Pública, onde o presente projeto não recebeu parecer, pois o relator não emitiu parecer.

Na qualidade de relator designado para a matéria, passo a fundamentação de parecer e voto.

### FUNDAMENTAÇÃO

Compete a esta comissão a análise cujo conteúdo seja pertinente a repercussão financeira da proposição e sua compatibilidade com o plano diretor, plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

É dever desta comissão exarar parecer sobre o projeto de lei em comento, neste caso, com estrita observância do disposto no Art. 52, III, B e C do Regimento Interno desta casa legislativa, o qual pedimos vênica para transcrever:

“Art. 52 A competência de cada comissão permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo especificamente à: (...)III - Comissão de Orçamento e Finanças Públicas:(...)b)



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

repercussão financeira das proposições; c) compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;”

O projeto tem como objetivo incluir mulheres em situação de violência, que tenham sido atendidas e encaminhadas pelos órgãos e equipamentos públicos municipais responsáveis no Programa Municipal de Assentos – PROAS, que tem a finalidade voltada para a remoção e o reassentamento de famílias removidas em decorrência da realização de obras públicas, que tenham sido vítimas de calamidades ou que sejam moradoras de áreas de alto risco geológico com perigo de acidentes.

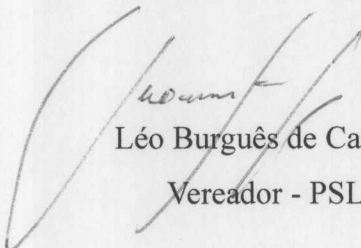
A legislação existente já prevê os beneficiários do programa, cabendo ao presente projeto apenas elenca mais uma situação. Atento ao que compete essa comissão e levando em consideração a pertinência da medida apresentada e ainda, sua aprovação não gera impacto financeiro aos cofres públicos do município.

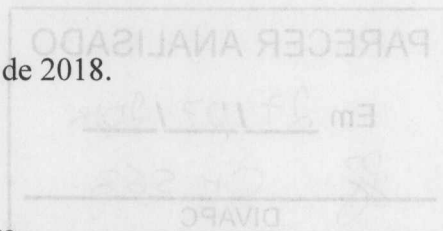
Assim, verificadas as razões, no que compete esta Comissão, não há óbices para sua aprovação, conforme legislação municipal, que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Concluo pela aprovação do Projeto, nos termos do artigo 52, III, "b" e "c" do Regimento Interno desta casa.

### CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto-me pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n.º 533/2018.

Belo Horizonte, 26 de julho de 2018.

  
Léo Burguês de Castro  
Vereador - PSL







## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO DE FINANÇAS PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI 554/2018 VOTO DO RELATOR

#### RELATÓRIO

De autoria dos vereadores Álvaro Damião, Autair Gomes, Carlos Henrique, Catatau, Cláudio da Drogaria Duarte, Doorgal Andrada, Eduardo da Ambulância, Fernando Borja, Fernando Luiz, Flávio dos Santos, Gabriel, Irlan Melo, Jair de Gregorio Jorge dos Santos, Juliano Lopes, Juninho Los Hermanos, Marilda Portela, Mateus Simões, Nely, Orlei, Osvaldo Lopes, Pedrão do Depósito, Preto, Professor Wendel Mesquita, Rafael Martins, Reinaldo Gomes e Wesley Autoescola, o projeto “Dispõe sobre o seguro garantia de execução de contrato na modalidade seguro setor público, determinando sua obrigatoriedade em todos os contratos públicos de obras e de fornecimento de bens ou de serviços, de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 ( dez milhões de reais ), intensificando as exigências da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 no Município para estabelecer o limite mínimo de cobertura do seguro garantia em 30% (trinta por cento) do valor do contrato, além de prever outras providências,” foi apresentado a esta Casa.

Na Comissão de Legislação e Justiça, o presente projeto recebeu parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

Passou pela Comissão de Administração Pública, onde houve perda de prazo.

Na qualidade de relator designado para a matéria, passo a fundamentação de parecer e voto.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### FUNDAMENTAÇÃO

Compete a esta comissão a análise cujo conteúdo seja pertinente a repercussão financeira da proposição e sua compatibilidade com o plano diretor, plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

É dever desta comissão exarar parecer sobre o projeto de lei em comento, neste caso, com estrita observância do disposto no Art. 52, III, B, C, D e G do Regimento Interno desta casa legislativa, o qual pedimos vênha para transcrever:

“Art. 52 A competência de cada comissão permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo especificamente à: (...)III - Comissão de Orçamento e Finanças Públicas:(...)b) repercussão financeira das proposições; c) compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual; d) fiscalização da aplicação dos recursos públicos e acompanhamento do cumprimento do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;(...)g) atuação do poder público na atividade econômica;”

O projeto tem como objetivo garantir o resultado esperado pela administração pública ao contratar obras e fornecimentos, a exemplo do que acontece na iniciativa privada. Sendo assim, a finalidade do seguro garantia nesses casos é garantir que as obras e fornecimentos contratados pelo Município sejam entregues aos cidadãos de Belo Horizonte dentro da qualidade, custo e prazo estabelecido.

Vejamos parte do projeto em seu art. 1º:

“É obrigatória a contratação de seguro garantia de execução de contrato pelo tomador em favor do Poder Público, (...)”



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

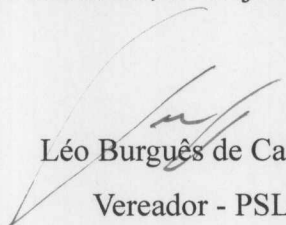
Portanto o ônus da contratação do seguro garantia fica estabelecido no projeto sendo de obrigação do tomador de serviço.

Assim, verificadas as razões, no que compete esta Comissão, não há óbices para sua aprovação, conforme legislação municipal, que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Concluo pela aprovação do Projeto, nos termos do artigo 52, III, "b", "c", "d" e "g" do Regimento Interno desta casa.

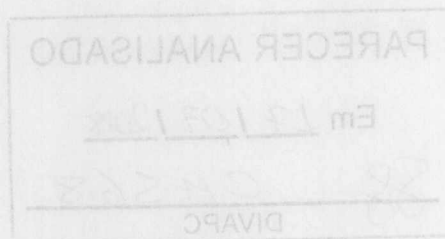
### CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto-me pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n.º 554/2018.

Belo Horizonte, 13 de julho de 2018.

  
Léo Burguês de Castro

Vereador - PSL



**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

**PARECER EM PRIMEIRO TURNO**

**PROJETO DE LEI Nº 567/2018**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

**RELATÓRIO**

Vem à Comissão de Orçamento e Finanças o Projeto de Lei Nº 567/18 de autoria do Vereador Catatau que "Autoriza o Executivo Municipal a conceder isenção fiscal do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU nos casos que especifica e dá outras providências".

Consoante despacho de recebimento exarado pelo Exmo. Presidente da Câmara compete a esta Comissão emitir parecer, na forma do art. 52, III, "b", "c" e "e", do Regimento Interno, sobre:

- b) repercussão financeira das proposições;
- c) compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.
- e) normas pertinentes ao direito tributário municipal.

Como relator da proposta passo à fundamentação do parecer e voto.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto têm como objetivo autorizar o executivo municipal a conceder benefício de isenção total do imposto predial e territorial urbano "IPTU", para o imóvel construído

CHEF\_DIREG-30/jul/18-14:04:03-003492



e destinado para fins residenciais próprios, cuja a titularidade da propriedade seja de uma pessoa maior de 60 (sessenta) anos de idade, com rendimento mensal comprovado por meio de idôneo de no máximo 1 (um) salário-mínimo.

Vejamos o que preceitua a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) em seu artigo 14 incisos I e II:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: (Vide Medida Provisória nº 2.159, de 2001) (Vide Lei nº 10.276, de 2001)

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Ao propor o projeto que beneficia os idosos com a isenção do imposto predial e territorial urbano "IPTU", o município de Belo Horizonte vai deixar de arrecadar os impostos destas residências, ou seja, há renúncia de receita.

No projeto não consta estimativa do impacto orçamentário-financeiro, e nem está acompanhado de medidas de compensação, conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante do exposto, vislumbro óbices à aprovação do projeto de Lei na Comissão de Orçamento e Finanças.

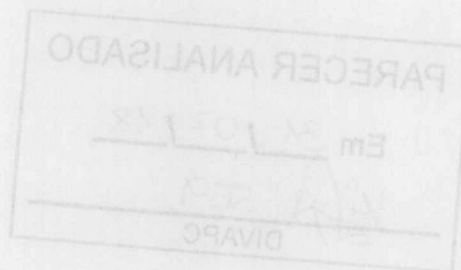
### CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesto-me pela rejeição do Projeto de Lei Nº 567/2018.

Belo Horizonte, 27 de julho de 2018.

---

**PEDRÃO DO DEPÓSITO**  
**LÍDER PPS**





GP-CG. EXTER-006/OF

Belo Horizonte, 26 de julho de 2018.

CÂMARA MUNC. DE BHTE 27/JUL/2018 10:29 000011062

Senhor Presidente,

1. Com meus cumprimentos, refiro-me ao Ofício DIRLEG Nº 1.919/2018, dessa procedência, endereçado ao Secretário Municipal de Fazenda, para encaminhar-lhe cópia, anexa, do Ofício SMFA/GP Nº 072/2018, em resposta ao Requerimento Nº 612/18, da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, dessa Câmara Municipal.

2. Renovo, nesta oportunidade, minhas manifestações de estima e apreço.

Atenciosamente,

**ADRIANA BRANCO**

Chefe de Gabinete do Prefeito, em exercício.

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 27/07/2018

Adriana  
Responsável pela distribuição

À Sua Exa. o Senhor

**VEREADOR HENRIQUE BRAGA**

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Av. dos Andradas, 3100 – Santa Efigênia

30.260-070 – BELO HORIZONTE – MG



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA  
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA  
SUBSECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL  
SUBSECRETARIA DO TESOUREO MUNICIPAL  
SUBSECRETARIA DE CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Ofício SMFA/GP nº 072/2018

Belo Horizonte, 12 de julho de 2018.


Assunto: Of. DIRLEG Nº 1.919/18 – Requerimento de Comissão nº 612/18 - TAG 80.840

Senhora Chefe de Gabinete,

Acusamos o recebimento do Ofício acima citado, registrado no TAG após apuração, por meio do qual o Presidente da Câmara Vereador Henrique Braga informa a aprovação do Requerimento de Comissão nº 612/18 de autoria do Vereador Gabriel, na Comissão de Orçamento e Finanças Públicas que solicita o "detalhamento das despesas inseridas em "Outras despesas operacionais" apresentadas no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017 da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A – Belotur, divulgado no Diário Oficial do Município N. 5.539 do dia 24/05/2018".

Em atendimento à solicitação, conforme manifestação da Subsecretaria de Contadoria Geral do Município - SUCGM, informamos que, tendo em vista que o valor mais que triplicou de um ano para o outro, enviamos-lhes, em anexo, o detalhamento constante da contabilidade da referida empresa, na expectativa de atender ao solicitado.

Atenciosamente,



Fuad Noman

Secretário Municipal de Finanças

Ilma. Sra.  
Adriana Branco Cerqueira  
Chefe de Gabinete do GP  
PBH

RAP

*Enviado via AR em 10/07/2018*

**Detalhamento da Conta "Outras Despesas Operacionais" - Balanço Patrimonial - 2017**

Descrição/Despesas	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Depreciação	1.469,53	1.188,02	1.312,84	1.269,82	1.301,85	1.218,99	1.158,26	1.130,24	1.092,67	1.114,59	1.053,67	1.088,95	14.399,43
Amortização	263,32	235,18	260,38	251,98	260,41	251,95	260,39	247,19	234,01	241,78	221,96	165,34	2.893,89
Convênios <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-	100.864,07	77.851,68	61.750,96	61.850,34	62.468,84	63.093,53	63.724,47	491.603,89
<b>Total</b>	<b>1.732,85</b>	<b>1.423,20</b>	<b>1.573,22</b>	<b>1.521,80</b>	<b>1.562,26</b>	<b>102.335,01</b>	<b>79.270,33</b>	<b>63.128,39</b>	<b>63.177,02</b>	<b>63.825,21</b>	<b>64.369,16</b>	<b>64.978,76</b>	<b>508.897,21</b>

Nota: (1) - Refere-se às parcelas acumuladas pela devolução de recursos relativos ao convênio n.º 565/2005 SIAFI/SICONV 538788, que teve parte de sua prestação contas não acatada pelo MTUR, sua devolução foi parcelada em 24 meses, conforme Termo de Parcelamento de Débito.

**Detalhamento da Conta "Outras Despesas Operacionais" - Balanço Patrimonial - 2016**

Descrição/Despesas	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Depreciação	4.472,56	4.184,38	3.322,96	1.980,78	2.006,07	1.687,95	1.646,99	1.630,01	1.567,04	1.611,35	1.540,13	1.512,00	27.162,22
Amortização	586,95	540,53	519,65	472,72	439,93	337,59	339,70	339,72	327,41	332,16	259,54	266,10	4.762,00
Convênios <sup>(2)</sup>	10.845,69	-	-	-	-	390,00	-	-	-	-	110.905,58	-	122.141,27
<b>Total</b>	<b>15.905,20</b>	<b>4.724,91</b>	<b>3.842,61</b>	<b>2.453,50</b>	<b>2.446,00</b>	<b>2.415,54</b>	<b>1.986,69</b>	<b>1.969,73</b>	<b>1.894,45</b>	<b>1.943,51</b>	<b>112.705,25</b>	<b>1.778,10</b>	<b>154.065,49</b>

Nota: (02) - 1-) O valor de R\$ 10.845,69 refere-se devolução de saldo ( R\$ 6.314,35 convênio/Mtur-821058/2015-Gastronomia Regional/Prod Assoc Turismo e R\$ 4.531,34 convênio/Mtur-822671/2015 -AAE/Prodetur); 2-) O valor de R\$390,00 refere-se devolução de saldo (Convênio Arraial 2016-828067/2016); 3-) O valor de R\$110.905,58 refere-se restituição de débito apurado pelo Mtur do Convênio 607/2005.